



**Geografia do voto branco e nulo: mapeando seus correlatos socioeconômicos**

## **Introdução:**

A participação eleitoral nas poliarquias<sup>1</sup> tornou-se um amplo e inesgotável campo de estudo, que se fortaleceu com a emergência e consolidação das democracias eleitorais de terceira onda (Huntington, 1994), pós-regimes ditatoriais, nas quais estão incluídos muitos países latinoamericanos, inclusive a maior democracia eleitoral, o Brasil<sup>2</sup>. Entende-se o evento eleitoral como um fenômeno social que se materializa na “decisão de milhões de indivíduos de participar do evento “votar” e da direção do voto” (FIGUEIREDO, 2008, p. 15). Para compreendê-lo, consolidaram-se, grosso modo, cinco linhas de investigação que se ocupam com o desbravamento da complexidade que envolve o fenômeno, conforme Figueiredo (2008): 1- teorias psicológicas; 2- modelos de explicações histórico-contextuais; 3-teoria da escolha racional; 4- modelo demográfico-descritivo e mais recentemente 5- os estudos de geografia eleitoral.

Tais estudos dedicaram maior fôlego na tentativa de responder a seguinte pergunta: “por que as pessoas vão votar e por que dão seu voto para este ou aquele candidato ou partido?”(idem), e com menor fôlego, procuraram compreender a não participação do eleitorado que se materializada nas abstenções (o não comparecimento às urnas) e a participação do eleitor no evento, porém sem efetivar o seu voto em algumas das opções disponíveis no mercado eleitoral, que encontra sua materialidade nos votos brancos e nulos. A não participação e a participação via voto branco e nulo ficou conhecida na literatura brasileira como “alienação eleitoral”, conforme Santos (1987), que se expressa na somatória dos índices de abstenções, votos brancos e votos nulos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Conceito oriundo da obra de Robert Dahl “Poliarquia: participação e oposição” (2005). Assim, para fins de qualificação, entende-se por poliarquia as democracias eleitorais.

<sup>2</sup> Segundo o cadastro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas últimas eleições municipais, 2012, o Brasil possuía um total de .... eleitores.

<sup>3</sup> Vale lembrar que um dos principais debates em torno da não participação (não comparecimento) ficou mais restrito a polêmica do paradoxo da participação dentro da Teoria da Escolha Racional: se é racional

Tomando por base o conceito de alienação eleitoral e observando-o nas eleições presidenciais desde o retorno do voto direto, é possível constatar, a partir dos dados oficiais do TSE, que o fenômeno tem registrado presença na vida política do país<sup>4</sup>, **gráfico 01**.

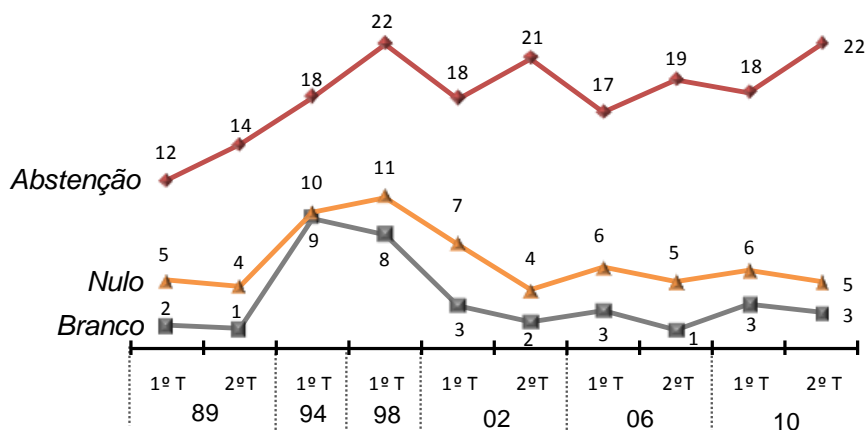


Gráfico 01: Alienação eleitoral pós-redemocratização.

Fonte: Silva, 2003. Elaborado a partir das seguintes fontes de dados: [www.jairicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html](http://www.jairicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html) e TSE: [www.divulgacao.tse.gov.br](http://www.divulgacao.tse.gov.br).

Assim, o objetivo deste trabalho é mapear os correlatos socioeconômicos da alienação eleitoral nas eleições presidenciais de 2010. Para cumprir com este intento, o artigo está dividido em quatro partes além desta introdução: o referencial teórico situando o debate estabelecido pela literatura acerca do tema; a metodologia, explanando alguns procedimentos utilizados; as análises dos dados e por fim a conclusão, dando ênfase aos principais achados e apontando os principais limites que se impõe a este estudo.

---

não votar, porque as pessoas votam? Downs (1999), Figueiredo (2008), Santos (1992) dentre outros. Trazendo para a magnitude do eleitorado brasileiro, a partir dos dados da eleição presidencial de 2010, o peso de um voto é 1 / 135.804.433 eleitores, considerando-o dentro de uma escala de 0 a 100, individualmente, o voto possui um peso de aproximadamente 0.0000007%.

<sup>4</sup> Sem querer adiantar a discussão da validade dos dados oficiais de abstenções, vale ressaltar a importância de se matizar esse dado, principalmente quando oriundos dos resultados oficiais das eleições.

## A Alienação Eleitoral no Brasil:

Uma das primeiras tentativas de interpretações dos votos brancos e nulos, no Brasil, esta presente secundariamente nas obras de Simon Schwartzman (1975, 1988)<sup>5</sup>, que se debruçou sobre os resultados eleitorais do maior período democrático vivido até então pelos brasileiros, 1945 a 1964<sup>6</sup>, na tentativa de compreender seus significados. Como resultado, o autor concluiu que as diferenças nas taxas de votos brancos e nulos, quando comparando eleições para o Congresso e para a Presidência<sup>7</sup>, são mais elevadas naquelas, as congressuais, pela ausência, ou baixa presença, do personalismo, fortemente presente na escolha do chefe do executivo. Assim, o personalismo reduziria os custos informacionais do eleitor, fazendo-o optar pelo candidato cuja afinidade pessoal é mais intensa. Além disso, para o autor, os votos brancos e nulos,

indicam realmente falta de interesse e motivação para com o sistema eleitoral, se assumimos que o sistema não é tão acima da compreensão do eleitor alfabetizado. O aumento de 3,2 a 21,1% é uma indicação global, mais importante, da perda progressiva de correspondência entre o sistema político-partidário e os interesses e motivações dos eleitores (SCHWARTZMAN, 1988, p. 146)<sup>8</sup>.

Lavareda (1991) minimizou a tese da desestruturação do sistema político daquela época. Para ele, além de ser uma elevação discreta dos votos brancos, “o primeiro pleito em cada nível registrou um índice de votos nulos e brancos especialmente baixo devido às suas circunstâncias específicas: primeira escolha de representante após um prolongado interregno ditatorial” (*idem*, p. 39). Assim, pelo fato de ter sido a primeira eleição após a ditadura de Getúlio Vargas, é de se esperar um incremento de participação inicial que tende declinar com o tempo, não sendo resultado direto de uma desestruturação do sistema, quando do contrário, podendo ser um indício de estabilidade do mesmo.

Mas é na obra de Wanderley Guilherme dos Santos (1987), “Crise e Castigos: partidos e gerais na política brasileira” que se tem o primeiro registro do conceito de

---

<sup>5</sup> A primeira edição do livro “Bases do autoritarismo brasileiro” foi publicada no ano de 1982.

<sup>6</sup> Os dados analisados por Schwartzman vão até as eleições de 1970, portanto, já sob a égide do Regime Ditatorial iniciado com o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart.

<sup>7</sup> As diferenças brutais ficam claras quando se comparam os picos nos percentuais de votos brancos e nulos: para as eleições presidenciais, o pico aconteceu no ano de 1960 com 7,2%, e para a Câmara dos Deputados foi em 1970 com 30,3%.

<sup>8</sup> Como aponta uma nota de rodapé contida na mesma página da citação, já se aventava o fato de que os votos brancos e nulos pudessem ser expressões de protestos, porém, dada as limitações dos dados, estando em nível agregado, não foi possível sustentar tal conclusão. Mais a frente essa tese reaparece com muita força.

“Alienação Eleitoral”, fenômeno materializado nas abstenções, votos brancos e nulos somados. O autor estudou as taxas de alienação eleitoral do período de 1945 a 1982; chegando a um conjunto de conclusões, das quais se mencionam: 1) a expansão do eleitorado brasileiro, que ocorreu mesmo com todas as restrições impostas pelo regime militar a partir de 1966 e que durou até 1982<sup>9</sup>; 2) o fato de que a compulsoriedade do comparecimento não tem resultado automático na participação eleitoral e 3) a

ondulação na taxa de alienação parece ser determinada pelo retorno esperado da participação eleitoral, que é entretanto um cálculo subordinado a maior ou menor incerteza quanto ao significado político efetivo do processo eleitoral; [...] no Brasil, quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação (p. 55).

Assim, na concepção do autor, o eleitor é dotado de um agir estratégico aos moldes downssiano (Downs, 1999), que se manifesta na adoção ou não do comportamento alienado, um cálculo de custos e benefícios. Porém, as conclusões de Santos não passaram incólumes aos olhares atentos dos politólogos brasileiros, objeções surgiram, focando principalmente a opção metodológica de considerar as abstenções, votos nulos e votos brancos como expressões de um único fenômeno, a alienação, possuindo as mesmas bases causais. Lima Junior (1990, 1993) afirmou que os determinantes das abstenções eleitorais são diferentes daqueles dos votos brancos e nulos. Segundo o próprio autor,

Pode-se objetar, no entanto, que a interpretação do comportamento eleitoral alienado, na medida em que agrega manifestações eleitorais diferentes, esteja equivocada do ponto de vista dos fatores determinantes da alienação. Ou, simplesmente: o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou a anular o voto. [...]. Deve, no entanto, ser decomposta: abstenção, por um lado, e brancos e nulos, por outro.

Assim, o não comparecimento está relacionado às questões de ordem ecológicas, como o acesso as cabinas de votação, “quanto maior a extensão do estado, maior a taxa de abstenção eleitoral. Já o grau de urbanização, [...], afeta negativamente a abstenção: quanto maior a população urbana, menor o absenteísmo” (1990). Ou seja, para além do perfil socioeconômico do eleitor, a distância entre a residência do eleitor e a urna, na

---

<sup>9</sup> O autor menciona o período de 1966/82 como o período em que vigoraram diversas restrições legais a participação na vida política do país, porém, é só em 1985 que se tem o primeiro presidente civil a tomar posse, após o Regime Militar, e que foi eleito por um colégio eleitoral, já que em 1984 a Emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para Presidente da República, havia sido rejeitada pelo Congresso Nacional.

medida em que aumenta, age positivamente na ocorrência das abstenções. Já os votos brancos e nulos se relacionam positivamente com a escolarização, “quanto maior o analfabetismo (escolarização ausente ou apenas um ano), maior a probabilidade do voto branco e do voto nulo” (idem).

Não se constitui em uma discordância absoluta ao que está posto na obra de Santos (1987), Lima Júnior matiza algumas conclusões e qualifica outras. Partindo da perspectiva teórica da racionalidade do eleitor, ele atesta a existência de uma diversidade de barreiras que aumentam os custos do voto para certos eleitores, barreiras estas de natureza ecológica, incidindo no comportamento absenteísta, e social, como a escolarização, que promovem não somente o absenteísmo como os votos nulos e brancos.

Na tentativa de melhor compreender a alienação, Costa (2007) inclina-se a buscar uma análise mais plural dos seus determinantes nas eleições presidenciais de 1989 a 2002. Seguem os principais pontos do seu estudo:

- I- Apontou que as Regiões Norte e Centro-Oeste, menos povoadas, apresentaram as maiores taxas de abstenções, corroborando Lima Júnior que aponta as barreiras ecológicas como fatores de incentivos à abstenção, aumentando o custo do voto;
- II- As condições socioeconômicas<sup>10</sup> da população, mesmo quando controladas por outras variáveis como a região, explicam o voto branco, nulo e as abstenções;
- III- Além de trazer outras variáveis para explicar o fenômeno: aspectos institucionais, conjunturais das eleições e o papel da mídia com sua cobertura do evento eleitoral.

O autor advoga por uma análise mais plural, que dê visibilidade à dimensão da cultura política (descrença nos partidos e na representação política), como fatores que contribuem para o alargamento das taxas de alienação eleitoral.

Borba (2008) seguiu uma perspectiva similar à de Costa (2007), procurando testar variáveis levantadas pela literatura. Utilizando como material empírico o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2002), chegou às seguintes conclusões:

- I- **Abstenção:** está mais relacionada à renda e à escolaridade, quanto maior for a renda e a escolaridade do eleitor, menores são as chances do mesmo

---

<sup>10</sup> O autor utilizou o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Exclusão Social.

se abster. Quanto às variáveis atitudinais, os dados apontam que a decisão de se abster está pouco relacionada “à forma como o cidadão percebe a política e suas instituições” (p. 151).

- II- **Voto branco e nulo:** obedecem outra lógica. Eleitores mais insatisfeitos com o funcionamento das instituições políticas apresentaram maior inclinação pela opção branco/nulo. Assim como aqueles eleitores que “nutrem um alto sentimento de eficácia política subjetiva [...] são menos propensos a anular ou votar em branco” (*Idem*).

Borba (2008) propõe que o absenteísmo relaciona-se com os custos e oportunidades da participação, aproximando de Lima Júnior (1993) e Costa (2007), enquanto os votos brancos e nulos estão relacionados a questões ligadas à desconfiança, evidenciando uma atitude de protesto político.

Nicolau (2002, 2004a) matiza a tese dos votos brancos e nulos serem expressões de protesto político, conforme a leitura realizada por Santos (1987)<sup>11</sup>:

quanto maior a credibilidade do processo político formal, menor será a taxa de alienação eleitoral. *Credibilidade* entra aqui como um conceito que busca captar a importante dimensão “retorno esperado do voto”, utilizada por Huntington-Nelson, cumulativamente associada à dimensão “institucionalização do respeito aos resultados eleitorais”. [...] Quanto maior for a incerteza de que os desdobramentos do processo político se fará de acordo com os resultados eleitorais, tanto maior o peso da dimensão “retorno esperado do voto”, e tanto maior o incentivo a alienação (SANTOS, 1987, p. 45).

Assim, para o pico de alienação eleitoral ocorrido nas eleições a Câmara Federal no ano de 1970, 53%, Santos (1987) afirma que, dado ao grau de incerteza reinante naquele período, de Regime Militar, esse alto percentual de alienação é um indicativo de que o eleitorado desconfia da credibilidade do sistema<sup>12</sup>, logo, esse tipo de voto é uma expressão da sua insatisfação, um protesto.

Contrariamente a essa leitura, Nicolau (2002, 2004a) argumenta que os votos brancos e nulos dobraram em percentual de ocorrência a partir de 1962, porque passou-se a adotar a cédula oficial. Assim, diferente do que ocorria antes, onde o eleitor recebia do partido a cédula preenchida e a postava na urna, a partir do referido ano, o próprio eleitor teve que escrever os nomes ou números dos candidatos na cédula oficial

---

<sup>11</sup> Santos (1987) entendia a alienação (abstenções, votos brancos e nulos) como expressões de protesto, posteriormente, esse argumento foi refinado para apenas os brancos e nulos e na sequência os nulos, conforme Borba (2008). Portanto, Nicolau (2002, 2008) está se opondo a esta tradição interpretativa.

<sup>12</sup> O período analisado por Santos (1987) é de 1945-1982, conforme tabela III-4, página 44. Além de 1970, outros dois picos são registrados, todos no período militar, 1966, 44%, e 1974, 40%.

fornecida na seção eleitoral, levando a uma série de anulações em decorrência de erro na escrita dos nomes ou números ou em decorrência de rasuras. Somado a isso, tem-se o fato de que nas eleições de 1970, “alguns setores da oposição ao governo militar fizeram campanha favorável à anulação do voto naquele pleito” (NICOLAU, 2002, p. 38).

Outro fato levantado pelo autor, e que sustenta a sua ponderação, é em relação à implementação da urna eletrônica. Conforme o autor, em 1996 a urna substituiu a cédula em 57 municípios (capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores, atingindo 32,1% do eleitorado brasileiro), em 1998 esse número foi expandido para 537 municípios (com mais de 40.500 eleitores) abrangendo um total de 61.111.922 eleitores, correspondendo a uma fatia de 58% dos eleitores brasileiros. O impacto disso, de um pleito para outro (1994-1998), segundo dados fornecidos pelo autor, foi uma redução dos votos inválidos (brancos e nulos) na ordem de 51,4% para a Câmara Federal e de 50,1% para o conjunto das Assembleias Legislativas.

Assim, a conclusão final a que chegou o autor, para o período anterior e posterior a implementação da urna eletrônica, é que o voto inválido não é exclusivamente o resultado de protesto político, mas sim uma combinação perversa entre eleitor de baixa escolaridade e uma cédula eleitoral tida como uma das mais complexas, quando o procedimento era realizado via cédula, e para os momentos atuais, em menor intensidade, as anulações são uma combinação de eleitor de baixa renda e escolaridade que possui dificuldade em operacionalizar o voto na urna eletrônica, acabando por anulá-lo em decorrência de erro no momento da digitação dos números.

### **Opções Metodológicas:**

Quando se fala em metodologia em um trabalho, está se referindo a um tópico fundamental que abrange as técnicas de análises utilizadas e as escolhas feitas pelo pesquisador, bem como a fundamentação que as sustenta. Assim, a primeira escolha realizada concerne ao cargo a ser analisado, já que o tempo para realização do paper e o tamanho do mesmo são limitados. Desta forma, optou-se por trabalhar com o cargo político máximo do país, presidente, essa escolha aporta no fato de que o executivo é o centro de gravidade do sistema político brasileiro, assumindo uma importância central



no sistema (possuindo inclusive poder de agenda dentro do Congresso Nacional) e no imaginário social do eleitor<sup>13</sup>.

Na sequência, definiu-se por trabalhar apenas com votos brancos e nulos, excluindo as abstenções que juntas compõe a alienação eleitoral. Este procedimento se deve ao fato de que o cadastro de eleitores do TSE encontra-se desatualizado, ou seja, no caso da categoria abstenção, excluída deste trabalho, muitos eleitores tidos pela base do TSE como aptos a votar já faleceram, fato que leva à uma superestimação dos dados de abstenções. Segundo Nicolau (2004c e 2012), houve dois recadastramentos de eleitores, o primeiro em 1956 e 1957 e o outro em 1986 quando se informatizou os dados, além do recadastramento biométrico que vem acontecendo gradativamente nos municípios brasileiro desde 2008, quando três cidades pilotos (São João Batista – SC, Fátima do Sul – MS, Colorado do Oeste – RO) tiveram suas eleições com essa nova tecnologia. Para ilustrar a magnitude da desatualização dos cadastros, comparou-se os resultados de comparecimento e abstenções nas eleições de 1955 e 1960, anterior e posterior ao primeiro recadastramento, tabela 01. As diferenças são brutais, registrando aumento de 77% no comparecimento no Estado de Goiás e redução de 70% das abstenções em Santa Catarina. Dados este que reforçam a opção de excluir, para a natureza das análises utilizadas, as abstenções.

---

<sup>13</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre o assunto consultar Amorim Neto (2006).

Tabela 01: Comparecimento X Abstenções – Eleição Presidencial 1955 e 1960.

UF	Comparecimento		% de Variação	Abstenções		% de Variação
	1955	1960		1955	1960	
	%	%		%	%	
BA	46	62	36	54	38	-30
CE	75	65	-13	25	35	40
ES	66	83	26	34	17	-49
GO	44	78	77	56	22	-60
MA	37	61	64	63	39	-38
MG	53	81	51	47	19	-58
MT	53	77	44	47	23	-50
PA	53	72	35	47	28	-40
PB	54	81	52	46	19	-60
PE	53	72	35	47	28	-40
PI	44	54	23	56	46	-18
PR	68	82	21	32	18	-44
RJ	58	83	44	42	17	-60
SC	71	91	29	29	9	-70
SE	49	64	30	51	36	-29
SP	70	89	26	30	11	-63

*OBS: o % de Variação é igual ao  $\Delta\% = 100 \cdot [(AT/AN) - 1]$ ; onde AT(Valor Atual) e NA(Valor Anterior).*

Fonte: TSE, elaboração do autor.

Em relação a fonte dos dados utilizados, os resultados eleitorais foram coletados do TSE e os socioeconômicos no Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com base no censo de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sendo que a unidade de análise são os municípios brasileiros, um total de 5557 que possuem dados em ambas as fontes. Aqui surge a primeira limitação que deve ser observada no momento das análises, há que se cuidar para não cair na “falácia ecológica”, ou seja, sendo os dados de contexto, não é possível transpor as conclusões para os indivíduos.

Os dados eleitorais foram georeferenciados através do software Terra View política Social, assim, foi possível visualizar a distribuição geográfica, segundo as faixas percentuais<sup>14</sup>, dos votos brancos e nulos em todo o território nacional. Para

<sup>14</sup> Para as faixas percentuais, baixa, média e alta, nos dois tipos de votos, foi utilizado o seguinte procedimento: utilizou-se a média da distribuição como referência, um desvio padrão abaixo dela estabeleceu-se o limite inferior da categoria intermediária, média, um desvio padrão acima da média foi estabelecido o limite superior desta categoria. Definindo a categoria média, as outras duas, baixo e alto, surgem como consequência direta.

mapear seus correlatos socioeconômicos, utilizou-se o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e duas técnicas estatísticas, a correlação R de Pearson para fazer uma primeira seleção das variáveis e a Regressão Linear Múltipla (método stepwise e enter, respectivamente), gerando um modelo para o voto nulo e outro para o voto branco. Em relação aos objetivos da regressão linear múltipla, conforme Guillén (1992), “consiste em cuantificar la relación entre variable dependiente y las variables independiente; y em establecer com qué grado de confianza podemos afirmar que La cuantificación realizada se ajusta a la realida observada” (p. 7).

### **A Alienação Eleitoral nas eleições presidenciais de 2010:**

Conforme mencionado na metodologia, a primeira visualização dos dados, para as variáveis que caracterizam o fenômeno estudado, foi através da técnica de georeferenciamento, figura 1 e 2. No caso do voto branco, não há um predomínio de alto percentual em alguma região geográfica específica. Ele se encontra espalhado ao longo do território litorâneo, com pontos de aglutinação no Rio Grande do Sul, sendo a unidade da federação que mais se destaca, no Sudeste e no litoral do Nordeste. Algumas manchas vermelhas isoladas aparecem no Centro-Oeste e no Norte.

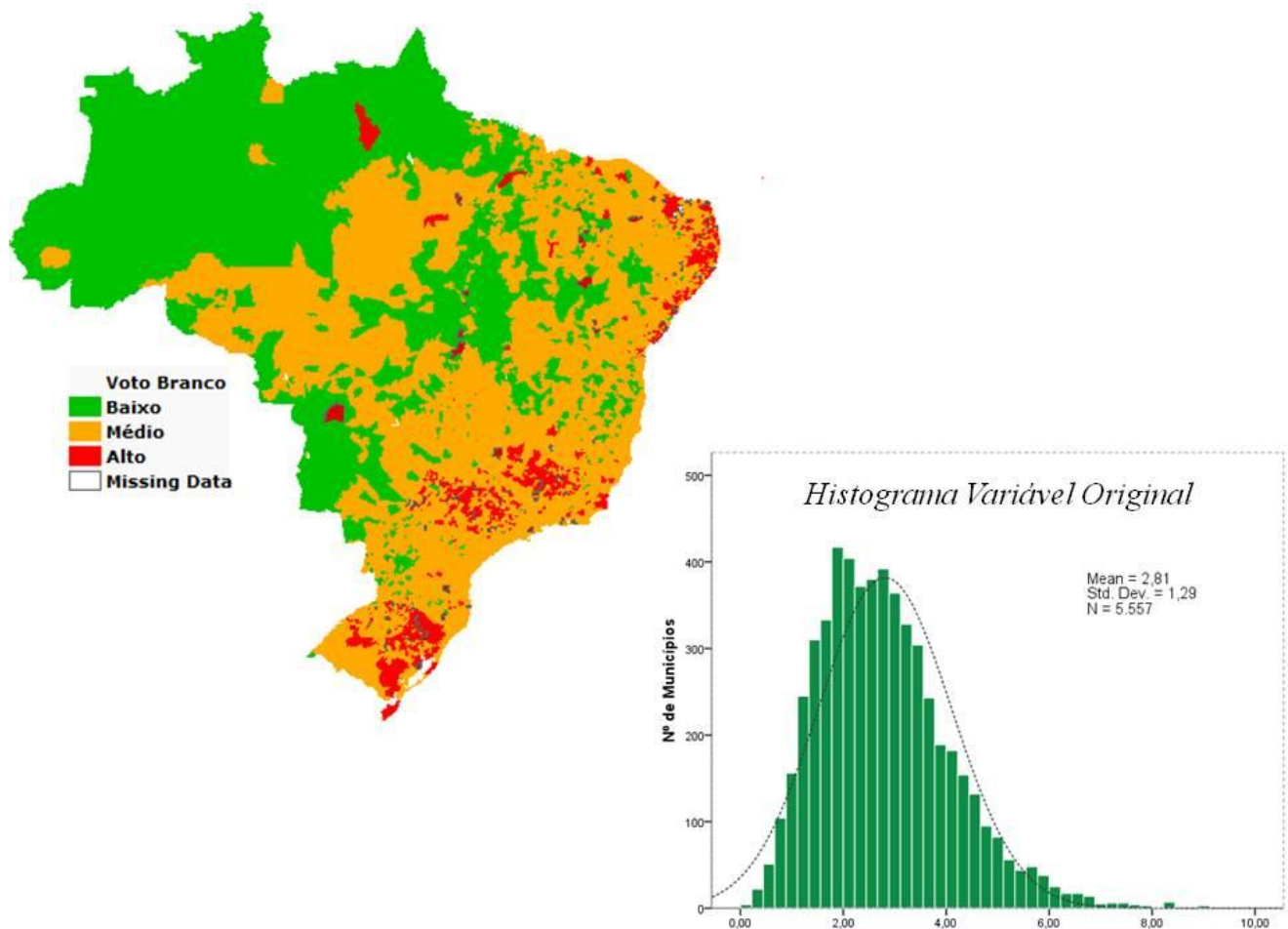


Figura 01: Distribuição geográfica do voto branco.  
 Fonte: TSE, elaboração do autor.

Quanto ao voto nulo, vê-se outra configuração, agora com os alto percentuais mais concentrado, principalmente na região Nordeste e uma pequena parte no norte do Sudeste. Comparando as duas modalidades de voto, o branco aparece em menor percentual, com picos de 9,1%, média de 2.8% e uma dispersão dos valores menor, com desvio padrão de 1.290. Já o nulo, possui picos de 18,2%, média de 6,5% e uma maior dispersão na distribuição percentual, com desvio padrão de 3.072. Ambas possuem uma distribuição normal dos seus percentuais, sendo que o voto branco possui o skewness .821 e o Kurtosis .982, enquanto o nulo apresenta .706 e -.430 respectivamente. Sendo que os valores de referência utilizados para verificar a normalidade da distribuição é -1 e 1, para o Skewness e kurtosis, estando neste intervalo, considera-se a distribuição normal, sendo a normalidade um dos requisitos para o modelo de regressão linear.

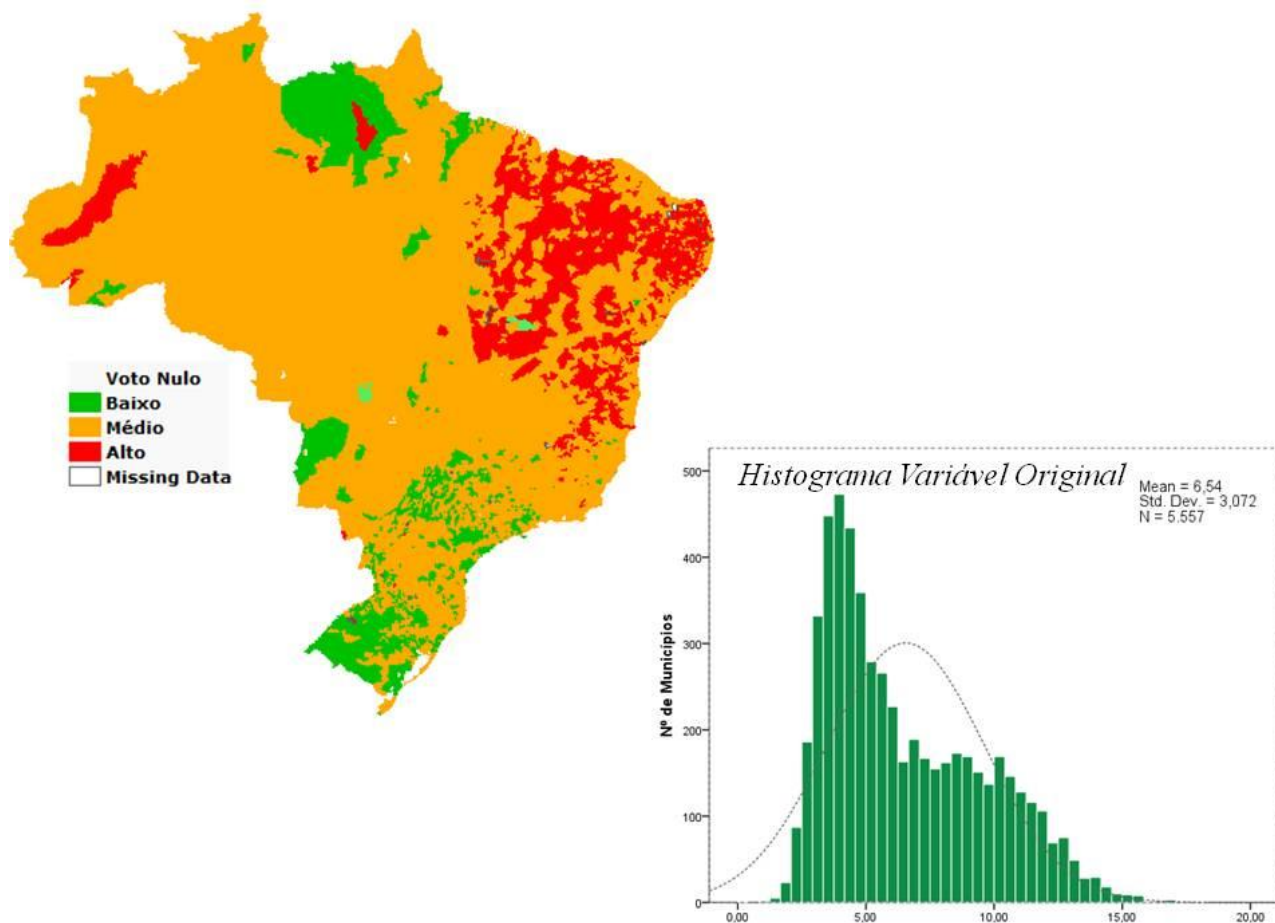


Figura 02: Distribuição geográfica do voto nulo.  
Fonte: TSE, elaboração do autor.

Apresentada as variáveis que neste estudo assumem o posto de variáveis dependentes, a serem explicadas, passa-se para a identificação dos melhores preditores, a elas. O primeiro passo foi fazer um teste de correlação binária, R de Pearson, com as possíveis variáveis independentes e as dependentes, para testar a existência de relação entre elas, tabela 02. Para o voto nulo, todas as variáveis inseridas no teste se correlacionaram com ela, com coeficiente de intensidade de médio a forte. O destaque vai para a taxa de analfabetismo, vulneráveis a pobreza e ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo. Já para o voto branco, os coeficientes se apresentaram com menor intensidade, acenando para o fato de que essas variáveis podem não possuir poder explicativo esperado.

Tabela 02: Tabela de Correlação

Variáveis		Voto Nulo	Voto Branco
Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade	Pearson	<b>.854</b>	-.194
	Sig.	.000	.000
Frequência ao ensino superior	Pearson	<b>-.522</b>	<b>.221</b>
	Sig.	.000	.000
Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo	Pearson	<b>-.475</b>	.118
	Sig.	.000	.000
Índice de Gini	Pearson	<b>.342</b>	<b>-.297</b>
	Sig.	.000	.000
Proporção de vulneráveis à pobreza	Pearson	<b>.763</b>	<b>-.300</b>
	Sig.	.000	.000
Renda per capita média	Pearson	<b>-.692</b>	<b>.262</b>
	Sig.	.000	.000
Grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas	Pearson	<b>-.667</b>	<b>.282</b>
	Sig.	.000	.000
Percentual dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	Pearson	<b>.719</b>	<b>-.225</b>
	Sig.	.000	.000
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Pearson	<b>.334</b>	-.088
	Sig.	.000	.000

*N para todas as correlações é de 5557 municípios.*

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), elaboração do autor.

Nesta primeira aproximação, para o voto nulo, todas as variáveis apresentaram algum nível de associação, o que as credenciariam a integrar o modelo de regressão.

Porém, adotando o princípio da parcimônia, e tendo em vista que o modelo com as nove variáveis apresentou multicolinearidade entre preditores, teve-se que adotar uma estratégia para contornar esse impedimento. Foi identificado que, excluindo a variável “vulneráveis a pobreza”, o problema da multicolinearidade seria resolvido, porém restava o problema da parcimônia. Assim, o caminho adotado foi a utilização do método stepwise da regressão linear que apresenta, dentro de um conjunto de variáveis, propostas de modelos estatisticamente significativos. Diante das opções apresentadas, contrastando com as expectativas teóricas existentes em relação aos melhores preditores, optou-se pelo modelo apresentado na tabela 03.

Tendo em vista que o modelo observou as exigências do teste, o mesmo apresentou bons ajustes, com um R quadrado de ,739. Em termos de impacto positivo, o analfabetismo é a variável que mais impacta, seguida de longe do rendimento até um salário mínimo e da população com superior completo. A taxa de desocupação apresentou um impacto positivo baixo e o Índice de Gini um impacto negativo também baixo.

Tabela 03: Modelo de regressão – Voto Nulo.

Variável Dependente - Voto Nulo					
Variáveis Independentes	B	Beta	Sig	Informações do Modelo	
Analfabetismo pop. 18 anos +	,235	,817	,000	R Square	,739
Pop. 25 anos + superior comp.	,109	,115	,000		
Índice de Gini	-2,322	-,050	,000	Sig.	,000
% ocupados rendimento até 1 S.M.	,018	,124	,000	Std. Residual	-5,849
Desocupação pop. 18 anos +	,061	,073	,000		

Para o voto branco, o procedimento foi o mesmo que o descrito acima, foi excluída a variável que tornava o modelo inviável, devido a presença de multicolinearidade, e posteriormente jogou-as em um modelo de regressão, método stepwise, e se chegou ao modelo abaixo, tabela 04.

Este modelo, para o voto branco, satisfaz as exigências do teste, porém o seu poder explicativo é muito baixo, com um r quadrado de ,109. Comparando o impacto individual de cada variável, verifica-se que o índice de Gini, nesse contexto, é a que mais impacta positivamente.

Tabela 04: Modelo de regressão – Voto Branco.

Variável Dependente - Voto Branco					
Variáveis Independentes	B	Beta	Sig	Informações do Modelo	
Analfabetismo pop. 18 anos +	,008	,003	,008	R Square	,109
Frequência ao Ensino Superior	,026	,003	,000		
Índice de Gini	-4,628	,276	,000	Sig.	,000
% ocupados rendimento até 1 S.M.	-,006	,001	,000	Std. Residual	-2,566

### Conclusões:

A primeira conclusão deste trabalho diz respeito aos limites impostos a ele, limites esses que são fruto principalmente do tipo de dado com que foi trabalhado, variáveis de contexto. Mas mesmo diante disso, é possível extrair alguns achados e contrastá-los com a teoria utilizada.

Primeiramente, se a teoria indicou a necessidade de separar, pelo menos, as abstenções dos brancos e nulos, pode-se dizer que há a necessidade de refinar a análise e separar o branco do nulo, pois em termos de preditores socioeconômicos, eles não possuem as mesmas causas. Os dados utilizados materializam algumas barreiras socioeconômicas existentes no país, principalmente ligadas à escolaridade e renda. Assim, a composição dos preditores, em cada modelo foi diferente, e o impacto individual de cada uma e o poder explicativo de cada modelo também foi distinto, evidenciando a necessidade de separá-los.

Outra questão secundária, porém de extrema importância, diz respeito aos dados de abstenções do TSE. Em uma breve análise, a título de ilustração, verificou a defasagem dos dados referentes às ausências dos eleitores. No geral, estes dados superestimam o fenômeno ao considerar os eleitores falecidos como eleitores que não compareceram às urnas. Por fim, este trabalho evidencia a necessidade de uma análise mais plural, seja em termos de unidade de análise, técnicas e variáveis utilizadas.



## Referência Bibliográfica:

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. In: Revista Debates, v. 2, p. 134-157, 2008.

COSTA, H. de O. Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002). Porto Alegre: Sulina. Natal: Ed. UFRN, 2007.

DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DOWNS, A. Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do voto: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GUILLÉN, Mauro. Análisis de regresión múltiple. Cuadernos Metodológicos nº4, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madri, 1992.

HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

LAVAREDA, José Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991.

LIMA JÚNIOR, O. B. A alienação eleitoral e seus determinantes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14 ano 5, 1990. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm). Acesso em outubro 2010.

LIMA JÚNIOR, O. B. Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80. São Paulo: Loyola, 1993.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. Working Paper Series, University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 2002. Disponível em: [http://www.brazil.ox.ac.uk/\\_data/assets/pdf\\_file/0018/9405/Nicolau26.pdf](http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0018/9405/Nicolau26.pdf), acessado em setembro de 2010.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004a. Disponível em: [www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf). Acesso em janeiro de 2012.

NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b.

NICOLAU, Jairo. História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editores, 2004c.

NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil: do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2012.

POWER, Timothy J. (2009), Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006, in: Journal of Politics in Latin America, 1, 1, 97-122.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo: DIFEL, 1975.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

VEIGA, Luciana Fernandes; NEVES, Daniela; SANTOS, Sandra Avi. Prefeito bem avaliado, prefeito reeleito? Sobre o peso da satisfação com a administração na eleição. Anais do 7º Encontro da ABCP, Recife – PE, 2010.